



## A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA LUTA PELA ANISTIA NO PARANÁ

Carla Cristina Nacke Conradi <sup>1</sup>

A ditadura civil-militar foi instaurada no Brasil a partir do golpe de 1964, sendo o golpe entendido pelos militares como uma reação às forças políticas que ameaçavam a legalidade do Estado, todavia conforme Jean Rodrigo Sales<sup>2</sup> foram os militares, apoiados por setores civis, que romperam a legalidade democrática sob o pretexto de um perigo comunista no país.

Os primeiros atos institucionais permitiram aos militares perseguir todos aqueles que propusessem a mudança do que estava em curso naquele momento histórico.

Particularmente atingidos foram os sindicatos, tendo centenas deles caído sob intervenção policial. Além das cassações de mandatos de políticos e direções sindicais, medidas como o incêndio do prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE); as torturas públicas infligidas a Gregório Bezerra, dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), pelas ruas de Recife; a perseguição implacável aos membros das Ligas Camponesas no Nordeste, entre outras manifestações de arbítrio, mostravam que o novo regime, nascido de um golpe, não se furtaria a usar todos os meios necessários para calar a oposição.<sup>3</sup>

O regime ditatorial durou 21 anos, sendo que em todo este período tivemos ações engajadas por parte de vários setores da sociedade pela luta contra o regime discricionário, e entre estas lutas destacamos a mobilização pela anistia aos presos políticos e exilados.

É mister ressaltar que, mesmo que não sendo objetivo deste texto desenvolver um debate sobre o processo de anistia na sociedade brasileira, a Lei de Anistia segundo Fabíola Brigante Del Porto<sup>4</sup> foi fruto da mobilização social e não uma concessão do regime, esta foi interpretada como conquista pelos movimentos pela anistia e demais atores sociais que lutavam por sua adoção.

A aprovação da Lei 6.683, no dia 28 de agosto de 1979, que oficializou a anistia brasileira para os “crimes” praticados durante o período ditatorial, não significou o final das lutas de setores da sociedade civil pela redemocratização, pois pela forma como ela foi legalizada,

apesar de representar um avanço político efetivo, beneficiando cerca de mil brasileiros, entre presos políticos, banidos, exilados e pessoas atingidas por Atos Institucionais, era restrita e parcial: não atingia condenados a atentados e seqüestros, não concedia liberdade imediata aos presos condenados pela Lei de Segurança Nacional e não permitia que ex-integrantes das Forças Armadas, expurgados por crimes políticos, reassumissem suas

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados e professora do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. cacnradí@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> SALES, Jean Rodrigues. Ditadura militar, anistia e a construção da memória social. IN: SILVA, Haíke R. Kleber da. (Org.) *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora Unesp: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

<sup>3</sup> Idem, 23.

<sup>4</sup> DEL PORTO, Fabíola. A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a construção da sociedade civil e a construção da cidadania. IN: *Perseu: história, memória e política*. Vol. 1, n.1. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 45.



funções. Além disso, a lei criava um dispositivo que beneficiava os integrantes do aparato repressivo, eliminando as chances de denúncia, investigação e punição dos militares envolvidos em crimes de tortura.<sup>5</sup>

Os autores salientam ainda que da forma como ela foi promulgada não atendeu grande parte das reivindicações de muitos daqueles que lutavam por ela, desta forma, as lacunas, as imprecisões, interpretações da referida lei resultam em debate até os dias de hoje, principalmente no que diz respeito à abertura total dos arquivos repressivos, da localização dos corpos dos desaparecidos políticos e a culpabilidade dos responsáveis.<sup>6</sup>

Todavia, a Campanha pela Anistia no Brasil foi um movimento memorável que surgiu em meados dos anos de 1970, no qual participaram fundamentalmente familiares e amigos dos envolvidos nos movimentos autodenominados revolucionários e também pelos presos políticos, ou ex-presos.

Este movimento organizou-se no âmbito dos Comitês Brasileiros pela Anistia, com núcleos em diversos estados do país. Neste processo, também se compreendeu a criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) em 1975, com comitês estaduais. Associado a estes órgãos de atuação à luta pela anistia elencamos ainda a organização de diversos jornais alternativos que propagavam e discutiam a questão, sendo muitas destes vinculados a estes próprios órgãos.

Quanto ao MFPA, surgiu em 1975, ano Internacional da Mulher, em São Paulo por iniciativa da advogada Terezinha Zerbine, estendendo-se pelas principais capitais brasileiras,

A presença das mulheres é inegável em todo o processo de anistia política. Porém, o que se revela inovador nesse movimento é que a primeira voz que desencadeia o início dessa mobilização é a de uma mulher – Terezinha Zerbine. Presente na famosa conferência da ONU, realizada no México em 1975, no ano que foi instituído como Ano Internacional da Mulher, Terezinha Zerbine, esposa de um general cassado pelo golpe de 1964, lança as bases do primeiro movimento nacional pela anistia pós-1964, denominado Movimento Feminino pela Anistia, apresentado em uma das plenárias desse evento internacional um manifesto assinado por mulheres brasileiras em favor da anistia.<sup>7</sup>

Este manifesto, denominado Manifesto da Mulher Brasileira, que continha 16 mil assinaturas, era um chamado a organização política dos diferentes setores da sociedade civil, sobretudo as mulheres, para que engajassem na luta pela anistia política. Apesar do objetivo primeiro do Movimento era derrubar a ditadura civil-militar, a luta pela anistia se configurava como

---

<sup>5</sup> PADRÓS, Enrique Serra, GASPAROTO, Alessandra. Gente de menos – nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974 - 1985). IN: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M., FERNANDES, Ananda Simões. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 - 1985): História e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009, p. 39.

<sup>6</sup> Idem, 39.

<sup>7</sup> LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Elas se revelam na cena pública e privada: as mulheres na luta pela anistia. IN: SILVA, Haike R. Kleber da. (Org.) *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora Unesp: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.



uma forma de mobilizar e organizar as mulheres, e segundo Del Porto<sup>8</sup>, a organização deste movimento foi um momento importante na definição da luta pela emancipação das mulheres e na reivindicação pelo estabelecimento de seus direitos.

Conforme Lícia Peres,<sup>9</sup> ex-presidente deste mesmo movimento no Rio Grande do Sul, o MFA foi o primeiro movimento legalmente organizado contra a ditadura militar, o que confere com o depoimento de para Helena Grecco, fundadora do MFPA em Minas Gerais, para o site Perseu Abramo,

Além de feminino, o MFPA teve caráter também feminista. O seu programa tinha a centralidade na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e na luta contra a discriminação e opressão de gênero. Foram os MFPA que iniciaram no Brasil a comemoração do 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Sua radicalidade é inquestionável:

- \* pela primeira vez foi constituído legalmente movimento de enfrentamento direto à ditadura militar;
- \* esses movimentos tinham funcionamento em cada estado (reuniões regulares, núcleos, conselhos, categorias diferenciadas de sócios, etc) e se articulavam nacionalmente;
- \* sua visibilidade era significativa: as atividades promovidas eram amplamente divulgadas, possibilitando mobilização efetiva, o que colocou limites concretos à repressão que se abateu feroz sobre eles.<sup>10</sup>

O caráter feminista do Movimento destacado por Grecco, precisa ser pensado dentro das etapas do feminismo que se desenvolveu no Brasil, ainda que o contexto político da ditadura militar tornou quase impossível qualquer forma de mobilização, segundo Joana Maria Pedro e Cristina Wolff,

É possível estabelecer três etapas do feminismo que se desenvolveu no Brasil: 1) Anterior a 1975, composto por mulheres intelectualizadas, que trouxeram do exterior livros, artigos e idéias do feminismo que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos; 2) a partir de 1975, com a instituição pela ONU do Ano Internacional da Mulher, um feminismo controlado pelos grupos de esquerda que lutavam pelo fim da ditadura e pela anistia; 3) a partir do final da década de 1970, com o retorno das exiladas e o estabelecimento de diálogos mais fortes entre os feminismos no Brasil e o movimento internacional.<sup>11</sup>

Mesmo que não se pretenda desenvolver uma discussão sobre a relação entre o feminismo e o movimento feminino pela anistia, precisamos ter o entendimento que muitas vezes as reivindicações feministas não tinham espaço dentro das discussões e mobilizações dos militares da extrema esquerda e nem mesmo aderiam simpatizantes entre os exilados, pois entendia-se que tais questões poderiam prejudicar a luta maior, “na verdade a esquerda exilada, marxista e masculina via

<sup>8</sup> DEL PORTO, Fabíola. Op. cit., p. 59.

<sup>9</sup> PERES, Lícia. Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul. IN: *Perseu: história, memória e política*. Vol. 1, n.1. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 45.

<sup>10</sup> Depoimento de Helena Gracco para a página eletrônica 20 anos: Anistia não é esquecimento, da Fundação Perseu Abramo/Projeto Memória, 1999. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/helena-grecco>. Acesso em junho de 2010.

<sup>11</sup> PEDRO, Joana Maria, WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *Revista de História, Cultura e Arte*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 59, 2007.



no feminismo uma dupla ameaça: a unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais”.<sup>12</sup>

O feminismo também não era visto com bons olhos pelo regime militar, e o entendimento dos órgãos de repressão do Estado era que as ações das mulheres na mobilização contra o regime ditatorial eram “menos perigosas”. Tal entendimento se daria pelo fato de conceber as mulheres enquanto sujeitos sem consciência política. Sendo que “a sociedade brasileira patriarcal e classista “aceita” essa participação por reforçar os ideários patriarcais, pois, segundo seu pensamento, os movimentos sociais e populares dirigidos às mulheres e de composição feminina são sempre menos “perigosos”.<sup>13</sup>

Simone de Beauvoir discutiu como a sociedade patriarcal, a partir de alguns pensadores, instituiu a mulher como um ser incapaz de articular suas próprias idéias ou pensar politicamente sem o aval, estímulo ou manipulação de um homem,

A fêmea é a fêmea em virtude de certa carência de qualidade”, diz Aristóteles. “Devemos considerar o caráter das mulheres como algo que sofre certa deficiência natural”. E santo Tomás de Aquino, depois dele, decreta que a mulher é um homem incompleto, um ser “ocasional”. É o que simboliza a história do Gênese em que Eva aparece como extraída, segundo Bossuet, de um “osso supra numérico” de Adão.<sup>14</sup>

Na tentativa de negar a racionalidade e intelectualidade feminina, os órgãos de repressão durante o regime militar, entende-se aqui também a sociedade patriarcal, identificou o caráter desviante da mulher militante enquanto “natureza frágil, irracional e apolitizada” julgando que, as mesmas pelo seu caráter “natural”, não eram capazes de pensar por conta própria.

Percebe-se que, as atuações de militância das mulheres que se apresentam para a luta armada, nos partidos de esquerda clandestinos e até na mobilização pela anistia rompem com a representação do imaginário social sobre qual seria o papel da mulher, compreendido este no âmbito do lar, conforme Joana Pedro, “enclausuradas no privado pela sociedade burguesa, haviam desenvolvido uma “cultura feminina” através da experiência com as relações familiares, com vizinhas, cuidando da família, de crianças, de doentes, teria se tornado muito mais solidárias e capazes de gestos bondosos”.<sup>15</sup>

Deve se ter em mente que esta identificação do imaginário social em relação ao papel natural da mulher é uma relação social. Isso significa que sua definição, seja ela discursiva ou lingüística, está sujeita a vetores de força, e a relações de poder não são simplesmente definidas, mas

<sup>12</sup> PINTO, Céli R. Jardim. *Uma História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 53.

<sup>13</sup> LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Op. cit., p. 113.

<sup>14</sup> BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 5 edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 19.

<sup>15</sup> PEDRO, Joana Maria, WOLFF, Cristina Scheibe. Op. cit., p. 58.



impostas. O processo de identificação, diferenciação, segundo Tomaz Tadeu Silva é responsável por reconstruir, reproduzir a alteridade, por definir quem é o “outro”, e torná-lo identificável, invisível, previsível. A diferenciação resulta na hierarquização, pois divide, separa, classifica, normaliza. Fixar uma normalidade significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais, as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa.<sup>16</sup>

### *O Movimento Feminino pela Anistia no Paraná*

Com o objetivo de refletir sobre a participação das mulheres no processo histórico pela anistia no Brasil, analisamos fichas e dossiês individuais e temáticos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS - PR), arquivados no Arquivo Público do Paraná.<sup>17</sup>

Tal documentação permite-nos traçar a atuação política das mulheres no Paraná a partir de três grupos de fontes, primeiramente os documentos e dossiês do comitê do Movimento Feminino pela Anistia no Paraná, do Comitê Brasileiro pela Anistia de Curitiba e 218 dossiês de mulheres que foram fixadas no DOPS.

O Movimento Feminino pela Anistia no Paraná, núcleo de Curitiba, esteve subordinado ao Movimento Feminino pela Anistia nacional, iniciou seus trabalhos em julho do ano de 1977, sob a coordenação da professora e psicóloga Neide de Azevedo Lima. O Movimento foi definido por sua coordenadora como apolítico, sendo o objetivo mais importante a luta pela anistia de presos políticos e exilados,

nosso Movimento tem fundamento, pois todo o processo político se repete. O Brasil precisa destes milhares de cientistas e pesquisadores que estão fora do país. Cito apenas o exemplo de Paulo Freire, um dos criadores do Movimento Brasileiro de Alfabetização, que está fazendo um grande trabalho pela Organização das Nações Unidas, na África.<sup>18</sup>

No momento de sua criação foi lançado seu primeiro boletim, conclamando a participação da mulher ao Movimento,

---

<sup>16</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.p. 81.

<sup>17</sup> De acordo com o decreto n.º 8.245 de 24 de maio de 1962, era competência do DOPS: a prevenção, repressão e processamento no município e capital, não só dos delitos de ordem política e social, como também dos crimes contra a organização do trabalho, segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos; investigação, prevenção, repressão e processamento no município da capital das infrações previstas na Lei das Contravenções Penais; Delitos cometidos. O DOPS atuou de 1937 a 1978. Todo acervo do DOPS - PR foi transferido para o Arquivo Público do Paraná, em 1991 e disponibilizado para consulta de pesquisadores e público em geral. O acervo é composto, principalmente por dossiês organizados e catalogados por temas e fichas de cidadãos investigados pelo DOPS, e compreende o período de 1937 a 1989.

<sup>18</sup> Jornal Correio de Notícias. Mulheres lutam pela anistia. Setembro de 1977. Arquivo Público do Paraná. Dossiê Movimento Feminino pela Anistia.



É obrigação da mulher consciente que trabalha, produz e engrandece a nação, levantar uma das mais nobres bandeiras de luta: a anistia a todos os presos políticos, banidos e privados dos seus direitos, ou que foram punidos pela Lei de Segurança Nacional, ou pelos atos de exceção editados a partir de 1964. (...) Cabe a nós, no momento mulheres brasileiras, manter acesa a chama da anistia, divulgando, explicando o que é anistia, o por que da anistia, até que ela se torne realidade. (...) Conclamamos todas as mulheres no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identificarem com a idéia da necessidade imperiosa da anistia tendo em vista um dos objetivos nacionais: A UNIÃO DA NAÇÃO.<sup>19</sup>

Diante da fala da presidente do núcleo, bem como do conteúdo do boletim, algumas considerações precisam ser tecidas no que tange a questão do Movimento ser apolítico. Questionamos como um movimento que se mobilizou para implementar a anistia no Brasil, diante de um estado de exceção dos direitos civis, pode não ser político? Qual seria o seu caráter então? Entendemos que a atuação, estratégias do MFPA tiveram uma intencionalidade de contestação política da ordem estabelecida, e não meramente representativa.

Outro ponto a ser analisado refere-se ao discurso apresentado pela presidente no boletim do Movimento, ela ao convocar as mulheres à luta, engajamento político, em relação a anistia, usa as expressões “É obrigação da mulher consciente que trabalha, produz e engrandece a nação”, nos fazendo pensar sobre que mulher é esta que está sendo convocada. Primeiramente, o teor do discurso apresentou-se conservador e naturalizador do papel da mulher, desta forma, a mulher que deveriam aderir a luta seria a que estivesse dentro da ordem, uma vez que, estaria ajudando a engrandecer a nação com seu trabalho e vida cotidiana. A mesma nação que o MFPA contestou ao reivindicar a anistia, pois o regime ditatorial que estava no comando da nação, usou de autoritarismo frente os direitos civis da população brasileira.

Pode se até supor, que a “mulher brasileira” citada no documento era aquela identificada pelo imaginário social vigente, aquela que precisa contribuir neste momento de outra forma, que não fosse pelo trabalho, mas sim pela participação política. Deixar o espaço doméstico, criar uma consciência crítica do contexto histórico e ir à luta. É interessante perceber, que o boletim elaborado em 1977, parece entender que antes disso não haveria participação de mulheres na luta contra a ditadura, ou seja, a mulher que rompeu com a identificação construída pela da sociedade patriarcal não estaria contemplada neste chamado.

Entendemos que o campo de atuação do MFPA foi diverso, e de caráter político, podemos destacar a sua ação engajada em assuntos de caráter nacional e estadual. Falta ainda a esta pesquisa analisar se o MFPA teve algum engajamento feminista em sua organização e mobilização.

---

<sup>19</sup> Idem.



No âmbito nacional, em dezembro de 1978 envolveu-se no caso da estudante Flavia Shilling<sup>20</sup>, estudante brasileira presa deste 1972 no Uruguai, acusada de subversão e condenada a pagar por sua estadia na prisão, realizando reuniões para a libertação da estudante e organização de campanhas de arrecadação de fundos no Paraná para o pagamento de sua dívida. Tal campanha mobilizou também diversos núcleos do MFPA e se apresentou enquanto luta a favor da anistia.

Em consonância ainda com o MFPA nacional, a coordenadora do núcleo paranaense do MFPA, organizou em 1977 o I Encontro Nacional do Movimento Feminino pela Anistia em São Paulo, um dos objetivos deste evento era avaliar os três primeiros anos de experiência do Movimento. Decidiu-se durante o evento que continuariam a reivindicar a anistia aos presos políticos e passariam a mobilizar-se para que o governo brasileiro concedesse nacionalidade aos filhos de exilados que nasceram em exílio. Suas metas de mobilização ficaram visíveis no documento que foi redigido durante o evento e assinado pela presidente nacional do MFPA Terezinha Zerbine,

Acreditamos que nenhuma abertura política conseqüente, desde a crise que instalou o País em regime de exceção, será possível sem anistia política ampla. (...) Com base nessa crença solicitamos do Exmo. Sr. Presidente da República, que sejam adotadas medidas imediatas; em face da abordagem da pena de exílio; em face do fato de o Governo negar nacionalidade aos filhos dos nossos exilados; em face dos reais motivos das greves de fome dos presos políticos de Talavera Bruce e Itamaracá.<sup>21</sup>

Em relação ao Paraná, o Movimento preocupado com a situação dos presos e desaparecidos políticos no Estado, se reuniram com as esposas desses para planejar como buscariam informação e localização de seus familiares. Um fato interessante percebido na documentação foi a ação do Movimento em busca de informações sobre o corpo do estudante Antônio dos Três Reis Oliveira<sup>22</sup> morto pelo órgão de segurança, possivelmente em São Paulo. Maria do Perpetuo Socorro Oliveira Macario da Cruz, irmã do estudante enviou uma carta contando sua angústia na procura do irmão e fez um apelo ao MFPA para que lhe ajudasse na procura do corpo.

Quando no país se fala em respeito aos direitos humano é com angústia, muita angústia, que nossa família procura o MFPA solicitando sua interferência na busca de meu irmão Antonio dos Reis de Oliveira, estudante de Economia dado como morto em recente lista divulgada pelos jornais "O Estado de São Paulo" e "Jornal do

<sup>20</sup> Flavia Shilling foi detida aos 19 anos e julgada sem direito a defesa, pelo regime do presidente Aparício Mendes no Uruguai. Em virtude do singular sistema penal para presos políticos a brasileira foi submetida a um regime diário de 10 horas de trabalhos pesados e condenada a pagar elevadas taxas por sua permanência na prisão. No ano de 1978 os movimentos em prol da anistia fizeram um levantamento da dívida da estudante, na somava naquele ano 20 mil dólares.

<sup>21</sup> Jornal Correio de Notícias. Movimento quer a anistia política. 18 de dezembro de 1977. Arquivo Público do Paraná. Dossiê Movimento Feminino pela Anistia.

<sup>22</sup> Conforme o Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), Antônio dos Três Reis Oliveira, estudante universitário, militava na Ação Libertadora Nacional (ALN), vivia na clandestinidade e desapareceu em 10/5/1970 em São Paulo. O Relatório do Ministério da Aeronáutica, diz que foi morto devido em decorrência de averiguações de "aparelho" pela polícia, mas depoimentos de presos políticos denunciam que este morreu metralhado.



Brasil”. Depois de oito anos de incessantes buscas (...) E mais penoso ainda é perceber agora que o próprio sistema de repressão o encaminhou a morte quando vigiava e o perseguia deixando-o sem condições de viver normalmente logo após o término do XXX Congresso da UNE, realizado em Ibiúna, São Paulo. Do Congresso meu irmão retornou a Apucarana, nossa cidade, como representante da entidade para o Paraná, enquanto ocupava, simultaneamente, o cargo de orador da União Paranaense de Estudantes. Mas não tinha condição de continuar vivendo conosco, o medo era muito grande.<sup>23</sup>

O Movimento também se envolveu na organização de diversos órgãos criados para a defesa da anistia no país, entre eles o Comitê Curitibano pela Anistia, criado em dezembro de 1978, e no mesmo ano o Comitê Londrinense da Anistia e Direitos Humanos,

A criação do Comitê Londrinense pela Anistia tem um significado especial, porque demonstra publicamente o engajamento e a esperança de ver concretizado o anseio do nosso povo, na luta pelas liberdades democráticas. (...) A MFA controla-se com o Comitê Londrinense pela Anistia, e conclama a população ordeira a trabalhadora do Paraná, para que ajude a carregar a bandeira da anistia, exija respeito e defenda os direitos humanos, bens inalienáveis que nos foram concedidos por Deus e que ninguém compete tirar.<sup>24</sup>

A atuação do MFPA no Paraná como já dito, precisa ser devidamente explorada, apresentamos brevemente uma parte da documentação que foi analisada no desenvolvimento desta pesquisa, que se encontra em fase inicial.

Para concluir, é possível afirmar que mapear a participação feminina na luta pela anistia no Paraná não se mostra uma tarefa fácil, uma vez que existe pouca bibliografia sobre o assunto. Nem mesmo, a militância das mulheres nos partidos de esquerda ou na luta armada contra a ditadura no Estado, são aspectos analisados pelos pesquisadores. Alguns nomes de mulheres e suas ações são citados em estudos mais abrangentes, sobre o regime militar no Paraná, mas necessariamente a atuação política e engajada destas é deixada em segundo plano.

Todavia, uma pesquisa mais apurada na documentação que serve de fonte para estes trabalhos encontramos dados e informações referente a participação feminina contra a ditadura no Paraná, seja nos períodos de resistência mais engajada, como a luta armada, ou no processo de redemocratização do Brasil.

Desta feita, percebemos que a atuação das mulheres na militância no Paraná se deu em todos os âmbitos das ações, sejam elas perigosas ou não. Elas estavam presentes na redação e elaboração de manifestos, na pichação de muros, nos comícios, participavam de reuniões, congressos, praticavam assaltos, a frente de aparelhos, militavam em fabricas e áreas rurais. Posteriormente, a luta destas ficou visível no processo de anistia do país. A militância fazia parte de suas vidas, sendo

---

<sup>23</sup> Recorte de Jornal. Jornalista busca o corpo do irmão. Abril de 1978. Arquivo Público do Paraná. Dossiê Movimento Feminino pela Anistia.

<sup>24</sup> Folha de Londrina. O apoio do MFA e do setor jovem do MDB de Arapongas. 13 de maio de 1978. Arquivo Público do Paraná. Dossiê Movimento Feminino pela Anistia.



que muitas lançaram-se a clandestinidade sem pestanejar, já outras foram presas e torturadas pela DOPS, e algumas exiladas.

Os nomes são muitos, Tereza Urban, Zélia Passos, Ligia Cardieri, Carmem Ribeiro, Neide Azevedo Lima, suas trajetórias de contestação da ordem estabelecida precisam ser analisadas e discutidas, uma vez que estas são sujeitos históricos, e que foram alijadas do processo histórico, o que é percebido pelo pouco que se refere à luta dessas militantes que, lado a lado de muitos homens, resistiram ao regime militar.

### *Bibliografia*

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 5 edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DEL PORTO, Fabíola. A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a construção da sociedade civil e a construção da cidadania. IN: *Perseu: história, memória e política*. Vol. 1, n.1. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Elas se revelam na cena pública e privada: as mulheres na luta pela anistia. IN: SILVA, Haike R. Kleber da. (Org.) *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora Unesp: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra, GASPAROTO, Alessandra. Gente de menos – nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974 - 1985). IN: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M., FERNANDES, Ananda Simões. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 - 1985): História e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009.

PEDRO, Joana Maria, WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *Revista de História, Cultura e Arte*, Uberlândia, v. 9, n. 14, 2007.

PERES, Lícia. Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul. IN: **Perseu**: história, memória e política. Vol. 1, n.1. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

PINTO, Céli R. Jardim. *Uma História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SALES, Jean Rodrigues. Ditadura militar, anistia e a construção da memória social. IN: SILVA, Haike R. Kleber da. (Org.) *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora Unesp: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TELES, Janaina de Almeida, et. al. (Org.). *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964 - 1985)*. São Paulo: A Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos: IEVE (Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado), 2010.



20 anos: Anistia não é esquecimento, da Fundação Perseu Abramo/Projeto Memória, 1999. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/helena-grecco>. Acesso em junho de 2010.